

ATA Nº 71 – 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Data: 28 de janeiro de 2016

Local: Auditório – Campus Bagé

Horário: 9h35

Participantes: o Presidente Marco Antonio Fontoura Hansen, o Vice-Presidente Maurício Aires Vieira; os Diretores das Unidades: Cláudio Schepke pelo Campus Alegrete, Fernando Junges, Fernando Zocche, Cleber Maus Alberto, Ana Cristina da Silva Rodrigues, Daniela Vanila Nakalski Benetti, Ronaldo Bernardino Colvero e Valdir Marcos Stefenon; os Representantes das Comissões Superiores: Alexandre Caldeirão Carvalho e Carina Fagundes Teixeira; os Pró-Reitores: Evelton Machado Ferreira, César Augustus Techemayer, Luís Hamilton Tarragô Pereira Júnior, Alessandro Gonçalves Girardi, Ricardo Howes Carpes, Sandro Burgos Casado Teixeira e Nádia Fátima dos Santos Bucco; os Docentes: Edson Massayuki Kakuno, José Pedro Rebés Lima, Miriane Lucas Azevedo e Ricardo Machado Ellensohn; os Técnicos-Administrativos: Ana Eveline Viana Marinho e Saulo Menna Barreto Dias e o Discente Raniere de Oliveira Santos Dourado.

O Presidente iniciou a Reunião solicitando um minuto de silêncio em homenagem à servidora Rosália Montagner, óbito ocorrido no último dia 25. Logo após a conselheira Ana Eveline procedeu a leitura de uma carta dos amigos e colegas da Rosália.

Registramos as ausências, sem justificativa, dos conselheiros: Marta Iris Camargo Messias da Silveira, Sara dos Santos Mota e Diogo Alves Elwanger.

1. Como primeiro ato da Reunião, o Presidente empossou os novos conselheiros: Pró-reitor de Administração, o servidor TAE Evelton Machado Ferreira; Pró-reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação, o servidor TAE Luís Hamilton Tarragô Pereira Júnior; Pró-reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários, o servidor TAE Sandro Burgos Casado Teixeira; Pró-reitora de Extensão e Cultura, Profª Nádia Fátima dos Santos Bucco; Pró-reitor de Gestão de Pessoal, Prof. César Augustus Techemayer; Pró-reitor de Pesquisa, Prof. Alessandro Gonçalves Girardi; Pró-reitor de Graduação, Prof. Ricardo Howes Carpes e o Prof. Cláudio Schepke, Diretor em exercício do Campus Alegrete.

2. **Assunto:** Informações da Reitoria

2.1 O Presidente comentou sobre a Reunião da Andifes, que teve a presença de representantes da SESu e dos reitores das dez novas universidades. Abordaram sobre o Plano Nacional de Formação de Professores. Disse que das 90 mil vagas existentes no país para formação de professores, 27 mil não estão sendo ocupadas. Comentou a recomendação para que as universidades deem uma atenção especial para evitar a evasão, a perda de alunos e o não preenchimento das vagas oferecidas. Também informou que este ano haverá um mapeamento da educação

superior sob o aspecto geossocial e de inclusão socioeconômica. Informou que doze instituições federais de ensino superior serão objeto desse estudo, entre elas a UNIPAMPA, salientou que isso é bom de um lado, entretanto, expõe as fragilidades. Trataram da infraestrutura necessária para o desenvolvimento das novas universidades, como restaurantes universitários, salas de aulas, paralização das obras, falta de pagamentos, casas de estudantes, hospitais, laboratórios e licenciamento ambiental. Disse que algumas sequer possuem prédio próprio, outras com somente dois professores por curso; algumas estão localizadas em regiões que não possuem sequer agência bancária para pagamento dos servidores, universidade cujo acesso é pelo meio do mato, pois as vias normais de acesso estão intransitáveis. Salientou que embora a UNIPAMPA esteja mais desenvolvida não deixará de buscar melhorias a fim de ter um ensino de qualidade voltado para a questão da inclusão. Falou sobre a ampliação da verba do PNAES. Disse que 1,5 salários mínimos como padrão de referência nas regiões Sul e Sudeste é considerado situação de pobreza, entretanto, no interior do Nordeste uma família com essa renda é considerada de classe média e que essas distorções geopolíticas precisam ser corrigidas. Salientou que o MEC tomará atitudes com relação à concessão de bolsas e auxílios, inclusive fazendo o cruzamento do CPF do aluno e que as universidades devem ficar muito atentas para não responderem por improbidade administrativa. Outro assunto discutido foi sobre a internacionalização para captação de verbas, sendo essa uma das metas da UNILAB, que está recebendo 2 mil estudantes vindos do exterior. Disse que a UNIPAMPA está em situação de interface, de intermediar o desenvolvimento dessas universidades do interior, já que é uma Universidade Fronteiriça. Informou que os representantes da SESu presentes na reunião foram extremamente drásticos ao falarem em redução das contas públicas, inclusive com possíveis cancelamentos de concursos públicos e que as obras em andamento nas universidades estão sendo pactuadas para 2017 e 2018. O Presidente fez considerações que temos *campi* que não têm salas de aulas suficientes, e a cidade não comporta espaço físico para aluguel. Os representantes da SESu solicitaram que isso fosse documentado. O professor Hansen concordou, pois isso resguarda a gestão. Pediu, também, atenção especial aos concursos para o Curso de Medicina. Solicitou ajuda dos Diretores, Coordenadores Administrativos e Coordenadores Acadêmicos para que façam um levantamento das reais necessidades de cada Unidade para serem demandadas ao MEC. Informou, ainda, que estão pleiteando vagas para professores titulares. Comentou que na UNIPAMPA só há um professor titular, mas que em outras universidades há um número elevado de professores que precisam passar para titulares, inclusive sugeriu que algumas vagas fossem dadas também para universidades que ainda não têm, como a nossa, para que se possa incluir num plano para desenvolvimento de grupos de pesquisas e dar uma maior qualificação para os programas de pós-graduação. Na reunião da Andifes foi definido que em três meses os Reitores devem preparar um plano de desenvolvimento das novas universidades. Disse que será um trabalho árduo e que já passou para os Pró-reitores que esse plano deve estar pronto em abril para ser analisado, buscando a entrega para maio dentro de uma força político-institucional. Comentou também sobre a reunião que teve com os responsáveis pela política de implementação do EaD: o processo da UNIPAMPA está em fase de avaliação e aprovação. O Presidente disse achar interessante ter em todos os *campi* uma placa com os dizeres: “ANTES DE DECIDIR, PENSE NO ESTUDANTE”, que são o objetivo maior, a missão da Universidade. Afirmou que essa Gestão tem o compromisso de não

medir esforços na luta por um ensino de maior qualidade e maior inclusão. O Vice-Presidente, Prof. Maurício, passou a informar que coordenou, com a ajuda de duas servidoras, o processo de transição no Gabinete, e que nesses dois meses que antecederam o início da gestão, obtiveram 34 reuniões setorizadas, que 25 memorandos foram enviados, alguns para as Pró-reitorias, órgãos complementares e para os órgãos do gabinete solicitando informações. Para as Direções de Campus solicitaram perfil para abertura do processo seletivo e para os novos cargos que seriam ocupados na gestão a fim de que o início das aulas acontecesse sem dificuldades dos encargos docentes. Disse que alguns documentos da gestão foram compartilhados de forma gradativa, mas que não receberam relatórios materializados do NTIC, do NINA, da Secretaria Executiva do Gabinete, da Chefia de Gabinete, do NIT e da Coordenação dos Laboratórios, os outros setores enviaram relatos documentados. Disse ter havido somente uma reunião com a Chefia de Gabinete e que não recebeu nenhum documento ou informação. Com relação à Vice-reitoria, somente receberam as pastas com memorandos e ofícios dos últimos dois anos. O professor Maurício fez questão de salientar que não foi possível agendar reunião com a Vice-reitoria, esclarecendo aos conselheiros que estão trabalhando na captura de informações dos outros setores e que o Pró-reitor de Planejamento abordará a questão do Relatório de Gestão, pois até a data da transmissão de cargo, em 18 de dezembro, não haviam recebido nenhuma peça iniciada ou pré-concluída desse documento. Continuando, deu conhecimento aos presentes que na posse do professor Hansen, em Brasília, o Ministro desejou sucesso na empreitada dos próximos 04 anos, e mandou um abraço a todas as pessoas que constituem o pampa. O Ministro de Educação afirmou ao professor Hansen que em 2016 virá ao Rio Grande do Sul, para conhecer e se apropriar mais um pouco da UNIPAMPA a fim de ajudar nas fragilidades. O Ministro convidou nosso Reitor para participar do grupo de estudo e trabalho, formado por reitores para implementação da política dos colégios universitários em todo o país, ação esta pioneira da UNIPAMPA. Sobre a questão das redistribuições, o Ministro fez questão de salientar que o MEC fará um mapeamento mais rigoroso. Disse, também, estar em análise um processo sobre a facilidade de redistribuição entre as universidades e que provavelmente saia uma resolução sobre o assunto, além da necessidade de uma política de fixação. Na visão do Ministro, no momento da posse o concursado está optando por aquela instituição, por aquela unidade, por aquele campus, por aquela região. A seguir o Presidente solicitou aos Pró-reitores uma explanação sobre suas respectivas Pró-reitorias quanto ao processo de transição.

2.2 O professor Ricardo Carpes fez um relato sobre o período da transição e de como está sendo o trabalho nesses primeiros dias. Registrou que foram muito bem recebidos pela equipe da PROGRAD e que já estão realizando reuniões específicas de transição e outras menores, especificamente sobre o SiSU que é uma questão muito importante. Na sequência apresentou o Relatório de Transição da PROGRAD, na forma de slides, que passam a fazer parte desta Ata, e teceu comentários sobre: Memorando nº 0140/2015 – PROGRAD, endereçado à equipe de transição, com a indicação do local onde estavam guardados alguns documentos; Fichas de avaliação do PDI. Informou sobre consultas à equipe da PROGRAD, Pró-reitorias e outros setores da UNIPAMPA, e que encaminharam à PROPLAN o Relatório de Gestão finalizado pela nova equipe da PROGRAD. O conselheiro informou que sobre a questão dos cursos e processos em análises, buscaram informações com a Coordenadoria de Desenvolvimento de Graduação (CORDEG). Buscaram junto à Divisão de Dados Institucionais, que é ligada à PROPLAN, as informações dos

cursos em renovação de reconhecimento e cursos a serem reconhecidos. Sobre a Minuta das Normas de Controle e Registro das Atividades Acadêmicas de Graduação, o professor Ricardo Carpes disse que lhe foi passada a informação que já tinha sido encaminhada para a Secretaria do CONSUNI e encontra-se em tramitação. Quanto à questão da formação pedagógica em 2015, o único curso foi ministrado em vários *campi*, pela professora Lea Anastasiou, da empresa Continuum Assessoria, mas ainda sem o resultado desses cursos. Disse que a CORDEP estaria com os resultados e poderia esclarecer melhor. O conselheiro também informou sobre a situação dos cursos não regulares, como o de Licenciatura em Educação do Campo, cujo processo iniciou na PROGRAD e possui oferta regular por edital do MEC/SECADI/2012. Falou sobre as medidas de acessibilidade e adequação à legislação, cujo trabalho é desenvolvido pelo Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), vinculado ao Gabinete da Reitoria. O conselheiro teceu comentários sobre o Processo de Ingresso, mapeamento de preenchimento de vagas, disse que estão conseguindo todas as informações que precisam, com um trabalho bem detalhado da equipe. Salientou que muitas informações estavam na Divisão de Documentação Acadêmica (DDA). Comentou também sobre as vagas ociosas, retenção e evasão, com relatórios disponíveis no GURI, em parceria com o Núcleo de Controle e Registros Acadêmicos (NCRA). Continuando, o conselheiro citou outras questões que não apareceram no memorando, mas que foram citadas nas reuniões de transição, como o Processo Seletivo para Ingresso de Fronteiriços, que inclusive já está publicado, e o Processo Seletivo de Ingresso via SiSU, cujas matrículas regulares terminaram dia 27. As inscrições para a lista de espera poderão ser feitas até o dia 29.02. Sobre o Relatório de Gestão, com Decisões Normativas do TCU nº 146 e 147/2015 o conselheiro informou que a partir de um texto inicial o Relatório foi concluído em 19 de janeiro. Disse também que a coleta de dados será transformada em informações institucionais e são metas para 2016. Com relação ao Relatório da AUDIN/2014, as principais demandas são a evasão, retenção e controle de registros acadêmicos e também a disponibilidade de dados processados que devem se transformar em informações, assim como a implantação de manual dos processos acadêmicos com os respectivos fluxos. Falou também de outras ações, observações e projeções da atual gestão: a fixação de uma norma operacional para o fluxo da diplomação, a unificação dos formulários dos processos, controles e fluxos acadêmicos e um Programa de Desenvolvimento Pedagógico (PDP), reuniões com a Coordenadoria de Avaliação; processos, fluxos e relatórios desenvolvidos “pela” e “na Instituição” tornados públicos e disponíveis. Também comentou sobre a necessidade da vivência *in loco* da PROGRAD nas Unidades Universitárias e da avaliação de relatórios de 176 projetos aguardando no SIPPEE. Continuando o professor Ricardo explanou sobre a necessidade de discussão e sistematização dos processos acadêmicos na Instituição, pelo fortalecimento das equipes para o trabalho com registro e controle de processos acadêmicos de graduação, sobre o planejamento de ações junto às Coordenações Acadêmicas e de Curso, com especial atenção às políticas institucionais, nacionais e com a legislação. Sobre o processo SiSU, o conselheiro informou que a UNIPAMPA ofereceu 3.180 vagas em 64 cursos. Na chamada regular foram 40.272 inscritos, e destes, 3.174 foram selecionados, fazendo uma média de 12,66 candidatos por vaga. Finalizando o professor Ricardo apresentou gráficos com o número de inscritos por curso/campus e de candidatos/vaga/curso. Outra questão explicada pelo conselheiro foi sobre o programa de desenvolvimento pedagógico. Ressaltou a importância de se ter orçamento para que seja colocado em prática, pois essa é uma importante ação

contra a evasão e retenção. Comentou também sobre a necessidade de dar transparência aos processos e relatórios, criando links na página da PROGRAD, podendo torná-los disponíveis até mesmo em redes sociais. O professor Ricardo comentou que a PROGRAD recebe muitos questionamentos via Ouvidoria, que neste ano já foram 54. Mais uma vez o Pró-reitor se colocou à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

2.3 Na sequência a conselheira Nádia Bucco, Pró-reitora de Extensão e Cultura, agradeceu a equipe da PROEXT pela acolhida, pelo trabalho competente e empenho de todos. Iniciou a explanação informando que em 2015 aconteceram duas reuniões de transição, que foi tudo muito tranquilo, pois a equipe é muito coesa. A Pró-reitoria conta com dez servidores que trabalham em duplas na mesma coordenadoria, o que no entender da professora Nádia, facilita o trabalho. Continuando, a Pró-reitora apresentou os números das ações por meio de editais que foram executados pela PROEXT de 2012 a 2015 (anexos desta Ata). Informou que não existe nenhuma pendência de editais e que as novas publicações seguirão o fluxo normal, que será no início de março. Disse que os três primeiros são próprios da PROEXT, de fomento à extensão: Programa de Apoio à Formação Continuada de Profissionais da Educação Básica; Programa de Fomento à Extensão (PROFEXT) 2016; Programa de Apoio à Promoção de Eventos Culturais e Cursos (PAPEC) 2016. Aproveitou para fazer um agradecimento público às equipes de dirigentes dos *campi* na pessoa de cada um dos Diretores, pois foram fundamentais nas respostas para qualificação do Relatório de Gestão 2015. Agradeceu especialmente ao Pró-reitor de Planejamento, Luís Hamilton, no apoio ao preenchimento do SIMEC. Agradeceu ao professor Rafael, Pró-reitor adjunto da PROEXT e reforçou seu agradecimento a toda equipe da Extensão. Continuando, falou dos projetos existentes: do Planetário, que trabalharão com duas frentes. Uma delas, já tratada com o professor Marranghello que é o Coordenador do Planetário, para qualificarem e ampliarem a ação extensionista do Planetário Móvel, levando a todas Unidades e comunidades próximas, o conhecimento da ciência através desse belo projeto da Universidade. Sobre a questão da estrutura física, disse estarem acompanhando muito de perto com o professor Marranghello e a Divisão de Obras da PROPLAN, com a certeza que após a finalização das obras será uma fonte muito grande de ações extensionistas para a UNIPAMPA. Sobre a Editora da UNIPAMPA, salientou que já há Resolução aprovada e que os encaminhamentos serão realizados neste o ano. Destacou que novos projetos serão apresentados pela equipe na reunião de março e fez um chamamento às equipes diretivas, reafirmando que o trabalho da Pró-reitoria é o de fortalecer a Extensão e Cultura nas Unidades Universitárias, valorizando as Comissões Locais de Extensão. Frisou, também, a importância da associação do ensino, pesquisa e extensão, com a aprovação no Plano Nacional de Educação, a incorporação de ações extensionistas nos PPCs de Cursos. Trabalho esse que será desenvolvido com a PROGRAD, com as deliberações dos Fóruns Nacionais das Pró-reitorias de Extensão e de Graduação. Enfatizou que o objetivo principal da extensão é o de levar a Universidade às comunidades. Informou que estão trabalhando nos seguintes projetos: “Universidade Aberta para a Terceira Idade” em três modalidades diferentes, para apresentarem na Reunião de Dirigentes. Salientou que neste ano de crise já foram sinalizados que os recursos serão menores que em 2015, por isso a política da extensão será a de proporcionar alternativas para novos projetos, dando suporte a cada Unidade de modo que cada grupo desenvolva essas ações como a universidade aberta para a terceira idade, a rádio universitária juntamente com a ACS e PROPLAN, cursos de

inverno e verão com cunho científico e cultural, a exemplo da Europa, uma vez que constataram que as universidades brasileiras não têm essa característica, organizar tours gastronômicos, lazer e cultura com a possibilidade de oferecer creditação nos programas de pós-graduação. Salientou que são situações novas, mas que tentarão fazer um programa piloto para a UNIPAMPA e, se possível, replicar para outras universidades brasileiras. Entusiasticamente falou sobre a Revista Eletrônica Semestral, que dará visibilidade das ações de extensão para a Comunidade Acadêmica. Falou da possibilidade de projetos com o Curso de Música, do Campus Bagé, bem como com todos os Cursos da Universidade. E por último, mas não menos importante, uma ação de prestação de serviço, em conjunto com a Pró-reitoria de Pesquisa. Disse que várias reuniões já foram realizadas e informou que esse assunto já está na Consultoria Jurídica sendo analisado pela Procuradora, que tem larga experiência nessa questão. Fez um agradecimento a toda equipe da CONJUR pelo trabalho e ajuda que estão dando à PROEXT. Sobre os demais projetos disse que estão sendo trabalhados e devem ser apresentados na próxima reunião. Comentou que pretende acompanhar os *campi* para conhecer as equipes extensionistas, motivar e planejar oficinas, uma para cada Unidade, mesmo numa época sem recursos. Fez questão de frisar a fala dos professores Hansen, Maurício e Ricardo, sobre sermos uma única Universidade, daí a importância de trabalharmos com os mesmos formulários, mesmos fluxos e para isso estão contando com o apoio da ACS e do NTIC, inclusive na mudança das páginas do portal da Universidade, tornando mais simplificado o acesso e dando mais visibilidade a todos os processos. Salientou estarem abertos a sugestões, porque na condição de colegas, sendo mais de mil e seiscentos servidores, todas as contribuições serão muito bem vindas pelo crescimento da UNIPAMPA. Ao finalizar, agradeceu aos professores Hansen e Maurício, que não têm medido esforços em prol da UNIPAMPA.

2.4 Na sequência, o Pró-reitor de Pesquisa, Alessandro Gonçalves Girardi, passou a relatar sobre o processo de transição nas duas Pró-reitorias, de Pesquisa e de Pós-graduação. Disse que há a intenção de unirem PROPESQ e PROPG, otimizando as atividades. A seguir relatou sobre o fomento à pesquisa baseado em editais internos como PIBIC e PIBITI CNPq; PROBIC e PROBITI Fapergs; AGP, APPG, PBIP, Custeio de Publicação Científica, PBDA e INOVAPAMPA. Também relatou sobre os investimentos feitos pela PROPESQ entre 2009 e 2015, que perfizeram um total de R\$ 14.938.862,47 com recursos próprios. Disse que as compras de equipamentos efetuadas nesse mesmo período totalizaram trezentos processos nacionais e duzentos e vinte importados. Ressaltou que a PROPESQ tem um setor especializado na importação de equipamentos e que a ideia é mantê-lo e qualificá-lo cada vez mais. Com relação aos editais externos, nesse período de 2007/2015, disse que foram FINEP Campi Regionais, Pro-Infra, CT-Infra Novos Campi, CT-Infra Campi Regionais e SCIT. Salientou que somente em 2009 não houve nenhum edital. Esclareceu que os editais da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia foram específicos para os polos tecnológicos. Disse ainda que a PROPESQ possui, atualmente, quatro Termos de Cooperação com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vigentes. Informou que alguns processos de compra de equipamentos específicos são muito difíceis, mas que conseguiram executar o CT-INFRA 2010. O professor Alessandro disse que buscarão apoiar mais os projetos de pesquisa dos *campi*, efetivando a inovação em pesquisa e cultura. Voltando aos termos de cooperação, o conselheiro informou terem três CT-INFRA vigentes, alguns em processo de encerramento, praticamente executados, faltando apenas o relatório final. Sobre o orçamento de 2015, deu conhecimento que foram executados

trinta e quatro processos de compras de equipamentos, através dos Editais AGP, APPG e INOVAPAMPA, totalizando R\$ 543.653,40. Salientou que o valor aprovado em todos os Editais era na ordem de R\$ 2.000.000,00 e que, portanto, R\$ 1.419.196,00 foram prometidos para 2016, valor esse que não se tem certeza da liberação pela grave crise que atravessa o país. Desses, R\$ 762.000,00 são relativos a trinta e três equipamentos nacionais que foram solicitados e, R\$ 657.000,00 em três equipamentos importados, sendo que a cotação era de início de dezembro de 2015. Disse o professor Alessandro que esse valor será bem maior em função do aumento da cotação do dólar e do euro. Então esse é um passivo que precisará tratar com a PROPLAN e com o Gabinete para equacionarem essa questão. Ao mesmo tempo, continuou o professor Alessandro, passa a não ter muito sentido lançar novos editais AGP, APPG, com um passivo de R\$ 1.400.000,00. Disse terem recebido alguns compromissos de curto prazo, questões relativas à empresa de importação, despachante aduaneiro, e transporte desses equipamentos importados, compromissos esses já resolvidos com o apoio da CONJUR. A princípio manterão a mesma empresa, com uma nova dispensa de licitação para contratar esse serviço. Outros pedidos de importação que estão em andamento, já tiveram seu empenho, faltando ainda pagar o transporte desses equipamentos, alguns já agendados, e que estão providenciando toda carga através desse contrato de despacho aduaneiro. Tranquilizou os interessados que ainda tinham dúvidas sobre essas solicitações uma vez que todos esses equipamentos importados já foram empenhados. Relatou que um caso bem específico foi relatado na transição, um equipamento que foi importado em 2013 e que o fornecedor não entregou. Nas importações, primeiro efetiva-se o pagamento, só depois disso o fornecedor envia o equipamento. Nesse caso específico, o equipamento era da China e o fornecedor nunca mais entrou em contato, todas as tentativas foram realizadas e não se obteve sucesso. Assim sendo, se fará o registro nos órgãos competentes para o encerramento da questão. Salientou que a UNIPAMPA buscou resolver de todas as maneiras, porém, que o caso talvez seja para a Polícia Federal, Interpol ou algum órgão desse tipo. Salientou que na época a PROPESQ optou pelo pagamento antecipado ou teria que buscar o equipamento e o pagamento para o despachante ficaria muito maior o valor. Assim optaram por pagar antecipado e utilizar os códigos dos Termos Internacionais de Comércio – INCOTERMS, para que o fornecedor entregasse o equipamento na aduana brasileira. Reduziram os custos, porém correram esse risco. Salientou, entretanto, que de quase trezentos processos realizados dessa forma somente um ainda está pendente, então de certa forma o saldo ainda é positivo. Sobre bolsas institucionais de iniciação científica, foram apresentadas planilhas, que passam a fazer parte desta Ata. Sobre o NIT, informou que existem três processos de registro de patentes em andamento em 2015, mas ainda sem nenhuma patente registrada. Quanto a Pós-graduação, informou que o fomento era feito através de chamadas internas de editais tanto stricto sensu, quanto para novos cursos de especialização. Há também o auxílio PAPG que é o programa de bolsas de mestrado e doutorado com recursos internos da Universidade. Informou que em 2015 a UNIPAMPA teve quatorze cursos stricto sensu, sendo dois de doutorado e doze de mestrado. Desses, sete são mestrados acadêmicos e cinco mestrados profissionais. Informou, também, que os mestrados acadêmicos contam com apoio da CAPES, através do PROAP, enquanto os mestrados profissionais não têm nenhum apoio financeiro. Esses investimentos são custeados pela Universidade para sua operacionalização, ocasionando um comprometimento maior do orçamento. Concorda o Pró-reitor, que a Universidade precisa dar esse apoio,

precisa custear bancas, custear as bolsas para os alunos, mas essa estratégia de criar novos mestrados profissionais precisará ser analisada criteriosamente. Disse que hoje são trezentos e cinquenta e três alunos matriculados em mestrados e doutorados na UNIPAMPA, e que para 2016 estão tramitando seis novas propostas de mestrados e uma de doutorado, para possível encaminhamento a CSEnsino e à CAPES. Segundo o professor Alessandro o calendário APCN, publicado pela CAPES, estabelece até 10 de maio para o cadastramento das propostas de cursos novos de mestrado e doutorado. Disse estar em constante feedback com as equipes proponentes como forma de qualificar essas propostas e terem mais chances de aprovação pela CAPES. Informou também que em 2015 a CAPES forneceu para a UNIPAMPA setenta e duas bolsas de mestrado e doutorado, dezessete bolsas recebidas da FAPERGS e que, segundo informações, não serão renovadas neste ano; quarenta e quatro do PAPG UNIPAMPA e duas do GCUB. Sobre os recursos da PROAP-CAPES disse que houve uma pequena evolução de R\$ 167.000,00 até R\$ 270.000,00 de 2012 a 2015. Disse que o valor PRÓ-EQUIPAMENTOS-CAPES, teve uma variação na ordem de R\$ 350.000,00, 390.000,00 de 2012 a 2014 e que em 2015 não houve liberação desse recurso. Finalizando, o professor Alessandro deu ciência que são vários os programas de especialização em andamento e que oito programas provavelmente reiniciarão ainda em março deste ano.

2.5 O Pró-reitor de Gestão de Pessoal, professor César Augustus Techemayer, passou a relatar a transição na PROGESP, que ocorreu de 23 de novembro a 12 de dezembro, quando solicitaram o Relatório de Gestão. Salientou que todos foram receptivos para discutir e conhecer a realidade da PROGESP. Também lhes foram apresentadas a estrutura da Pró-reitoria, as principais funções realizadas, demonstradas em planilhas: de banco de professores equivalentes, códigos de vagas e TAEs a concursar, códigos de vagas docentes a concursar, de afastamentos e de licenças de servidores, editais de remoções internas, informações do MPF e CIC. São duas grandes áreas na PROGESP, a Coordenadoria de Administração de Pessoal, que trata especificamente da vida funcional dos servidores, e a Coordenadoria de Acompanhamento Funcional e Saúde, que é responsável pela promoção das políticas destinadas à saúde e bem-estar de todos os servidores e também da área de concursos. Sobre o quantitativo de servidores da Universidade informou o Pró-reitor que são oitocentos e vinte e oito docentes e oitocentos e trinta e oito técnico-administrativos. Informou que há cento e cinco vagas docentes a serem preenchidas, e destas, sessenta e oito já em andamento de concursos. Salientou que o MEC está por fazer cortes e, por isso, orienta que os *campi* encaminhem à Pró-reitoria os processos de concursos docentes. Dessa forma não serão surpreendidos se no decorrer do ano o Ministério cancelar ou congelar concursos, prejudicando o quadro de professores dos *campi*. Em relação aos TAEs informou que treze nomeações estão em andamento e vinte e oito vagas a concursar. Com relação a códigos de vagas oriundos de processos de redistribuições disse que são vagas para administrador, assistente social, engenheiros, médicos, químicos, revisor de texto entre outros. Comentou que promoveram um seminário de integração com a equipe da Pró-reitoria como forma de conhecer os servidores, saber das expectativas em relação à Gestão e debater a realidade dos setores. Depois do seminário ainda realizaram entrevistas individuais para conhecer a trajetória profissional de cada servidor e identificar suas dificuldades. Destacou que a PROGESP possui um quadro de servidores muito qualificado, pois quase 100% das pessoas têm formação superior e que são bastante comprometidos com a Universidade. O professor César informou que a

partir da análise de todas as informações recebidas puderam considerar uma nova estrutura para a Pró-reitoria. Continuando, disse que essa análise contribuiu para o entendimento de aspectos da auditoria da CGU em 2015. Comentou também sobre programas de treinamentos ou desenvolvimento de competências. Sobre o processo de desenvolvimento de lideranças que atendam as necessidades dos cargos de gestão disse ser algo incipiente na Universidade, que ainda não existe uma preparação formal de gestores e que esse aspecto precisa melhorar em todos os níveis, pois minimizará muitos problemas do dia a dia na gestão de pessoas, nos *campi* e em toda UNIPAMPA. Sobre identificação de necessidades na área de treinamento, no plano de avaliação de desempenho de colaboradores, considerando as avaliações subseqüentes, disse que a avaliação utilizada não é vinculada a identificar a necessidade de treinamento, o que é normal e muito utilizado nas organizações, mas ainda não aplicado na UNIPAMPA. Comentou que um aspecto a ser melhorado no processo é identificar e divulgar para os profissionais de RH e gestão de pessoas, legislações, jurisprudências, instruções normativas à gestão de pessoas, orientar acerca dos instrumentos de gestão. Outro aspecto levantado bastante interessante é verificar a opinião de servidores quanto ao ambiente de trabalho, utilizar os resultados e apresentar à Gestão da Universidade. Disse que nunca foi realizada uma pesquisa de clima organizacional, o que a atual Gestão considera muito importante para melhorar a gestão de pessoas. Finalizando, expôs a pretensão na transformação da política de gestão de pessoas para apoiar todos os gestores da Universidade, tanto nos *campi* como na Reitoria.

2.6 Na seqüência, o Pró-reitor de Administração, Evelton Machado Ferreira, relatou que a transição ocorreu em mais ou menos 45 dias e que foram muitíssimo bem recebidos pela equipe. Nesse período realizaram sete reuniões. No primeiro momento trataram sobre a rotina na PROAD, andamento dos processos dentro do gabinete do Pró-reitor, fluxos desses processos. Também fizeram uma reunião com a Divisão de Contratos. Ressaltou a importância desse serviço, haja vista os 105 contratos controlados e conferidos nessa Divisão, sem considerar os contratos de água e de energia elétrica. Reuniram-se em seguida com a Divisão de Serviços Terceirizados, que engloba as áreas de manutenção, limpeza, motoristas, vigilância e de portaria em algumas unidades. Comentou que há uma preocupação com o contrato dos motoristas que vence em setembro e da necessidade de uma nova licitação, cujo termo de referência tem que ser elaborado com uma planilha que demonstre o parâmetro das despesas desse contrato, já que é um contrato bastante oneroso para a Universidade. Comentou também da reunião com a Divisão de Patrimônio, coordenada pelo Lucas Dalenogare, que hoje assumiu a Coordenadoria de Material e Patrimônio. Disse que receberam toda a informação sobre a rotina da Divisão e ressaltou a importância do inventário patrimonial no final de 2015 para que se apresentassem esses dados no encerramento do exercício, e que precisam estar em consonância com os dados da Contabilidade através da Coordenadoria de Contabilidade e Finanças, e que isso foi efetuado com total êxito. Também se reuniram com a Coordenadoria de Material e Patrimônio, onde se apropriaram de processos, dos fluxos dos pedidos e das compras, da tramitação dentro da PROAD. Na CCF também se reuniram para se apropriarem de todos os pagamentos que são feitos dentro da Coordenadoria de contabilidade. Na Divisão de Frota identificaram algumas pendências, como os carros que estão parados com problemas mecânicos. Na última reunião o então Pró-reitor, Everton Bonow, fez a entrega de todos os bens e documentos que estavam na Pró-reitoria, inclusive com ênfase aos processos que precisavam ter andamento. O conselheiro Evelton fez questão de registrar um

agradecimento especial aos servidores da Coordenadoria de Contabilidade e Finanças e ao Lucas Dalenogare, como Coordenador de Material e Patrimônio. Salientou que quando se trabalha em Campus, muitas vezes não se percebe que a CCF não para nem no período de recesso, disse que fazem um trabalho exemplar e silencioso, por isso, enviará para ser anexada a esta Ata uma lista com o nome de todos os servidores a quem agradece. Solicitou, também, a anexação das memórias das reuniões com a PROAD, para que fique tudo registrado. Sobre o contrato com a Promove, empresa que organiza as formaturas, o conselheiro explicou que o mesmo estava vencendo, por isso foi renovado. Diz-se preocupado com o bloco de formaturas que iniciará em fevereiro. Para agilizar o processo, encaminharam à CONJUR um novo pedido de renovação, cujo parecer da Procuradora, Dr^a Zeneida Santana, foi favorável tranquilizando, então, as direções dos *campi* com a informação que o bloco de formaturas acontecerá como programado, pois já está sendo encaminhando à Divisão de Contratos para elaboração do aditivo. Informou que nos dias 1º e 02, acontecerão reuniões entre ACS, PROAD, PROPLAN e a Promove com o intuito de diminuir os custos das formaturas. Disse que o encerramento do exercício gerou preocupação, considerando-se que a equipe de Pró-reitores foi empossada em 18 de dezembro e havia uma série de procedimentos contábeis que precisavam ser realizados para o encerramento do exercício na Universidade, prazos a serem cumpridos e que mais uma vez a equipe da PROAD conseguiu realizar todos os procedimentos. Sobre a situação econômico-financeira da UNIPAMPA, disse que havia na CCF grande quantidade de valores liquidados e não pagos, o que significava que as notas chegaram à PROAD e precisavam ser pagas, mas não havia financeiro disponível. Naquela época o valor aproximado a pagar era de R\$ 7.500.000,00. Ressaltou que o Professor Hansen, juntamente com o Pró-reitor de Planejamento, Luís Hamilton, através de ligações e e-mails ao secretário do MEC, buscaram a liberação de financeiro para quitação dessas pendências. Comentou que outra situação preocupante foi com a empresa de vigilância, que ameaçava retirar os postos de vigilância. Como já foi citado anteriormente, disse que o empenho do Reitor e do Pró-reitor de Planejamento foi fundamental para que o MEC liberasse financeiro no fim de dezembro e início de janeiro, e assim conseguiram quitar várias pendências, inclusive com a empresa de vigilância. O conselheiro fez questão de salientar que o último repasse do MEC, de R\$ 1.000.000,00, aconteceu dia 31 de dezembro, por volta das 16 horas. Isso fez com que a equipe da CCF novamente se empenhasse na desenvoltura dos seus afazeres, uma vez que o sistema para pagamento aceitaria os lançamentos até 21 horas. Segundo informações da Coordenadoria de Contabilidade e Finanças, dos R\$ 7.500.000,00 que a Universidade precisava para quitação das notas fiscais pendentes em dezembro, o MEC repassou somente R\$ 6.300.000,00. Informou também que no dia de hoje o valor devido já está em R\$ 4.500.000,00 e que essas notas são relativas a despesas realizadas ainda em dezembro cujas notas chegaram à PROAD em janeiro. O Pró-reitor disse que com esses números, além de mostrarem a real situação da UNIPAMPA estão dando total transparência às informações. Solicitou que se faça registro em ata de todos os dados passados neste relato e solicitou também que sejam anexados a este documento todos os relatórios entregues pelas divisões e coordenadorias, assim como as memórias das reuniões realizadas no período de transição.

2.7 Apresentou-se a seguir, o Pró-reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação, Luís Hamilton Tarragô Júnior, que iniciou agradecendo aos professores Hansen e Maurício pela oportunidade de fazer parte deste Conselho, da Gestão e

fez uma menção especial ao Pró-reitor Adjunto da PROPLAN, professor José Waldomiro Jiménez Rojas que está em férias, justificando, assim, o não comparecimento à Reunião. Agradeceu, também, à equipe que trabalhou na construção e formatação desta apresentação. Sobre a transição informou que foi, até certo ponto, tranquila, com cinco reuniões com as coordenadorias e equipes da Pró-reitoria, quando foram repassadas informações básicas do funcionamento da PROPLAN. Também fez questão de ressaltar e agradecer à equipe anterior que foi muito prestativa. Disse que receberam relatórios e pastas onde as informações não eram claras, assim como as minúcias do funcionamento dos setores. Informou também que senhas e sistemas, como o SIMEC, precisaram ser solicitados aos órgãos competentes, o que ocasionou um contratempo logo no início da Gestão, porém superado. Salientou que esta será uma gestão transparente, onde tabelas serão disponibilizadas para a comunidade e números orçamentários serão abertos. Sobre a Coordenadoria de Obras esclareceu que algumas obras já iniciadas estão sem contrato. Na sequência o conselheiro apresentou a situação das obras até 31 de dezembro de 2015, explicou também a forma de trabalho e as situações das Coordenadorias: de Manutenção; de Planejamento, Desenvolvimento e Orçamento; da Divisão de Planejamento e Desenvolvimento e da Divisão de Orçamento. Continuando, disse que os professores Hansen e Maurício solicitaram, para apresentação na reunião de março, o valor total investido em obras em cada Unidade. Salientou que de 2012 a 2015 foram investidos R\$ 81.909.000,00, porém, os dados de 2009, 2010, 2011 não estão completos, pois na época a Universidade era mantida pela UFSM e UFPEL e, por essa razão, será necessário buscar as informações faltantes a fim de se completar a memória das construções dos prédios da UNIPAMPA. Sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2016, o conselheiro disse que, com os ajustes nas contas públicas impostas pelo Governo Federal, o déficit da Universidade em 2016 até este momento é de R\$ 34.479.107,59. Esses ajustes impostos pela União têm provocado descumprimento dos cronogramas físico-financeiros das obras, o que resultará em atrasos nas entregas e também em rescisões com algumas construtoras. Informou que ao final de 2015 havia R\$ 2.117.000,00 de notas fiscais sem pagamento causado pelos constantes atrasos financeiros, prejudicando sobremaneira a execução das obras e que existem obras paradas há mais de 4 anos em virtude da falta de planejamento estratégico. Disse, também, haver a necessidade de um Plano de Custos e de Manutenção, visando manter a infraestrutura instalada em todas as Unidades. Também há a necessidade da construção de planos diretores das unidades. Com relação aos contratos de manutenção disse que esses consomem grande volume de recursos do custeio, que em 2015 foram na ordem de R\$ 5.000.000,00. Explicou que a Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento, através da Divisão de Planejamento e Desenvolvimento tem aprofundado ações que observaram o não estabelecimento de metas do PDI, um plano de ações e a forma de acompanhamento. Com isso, pretendem melhorar o processo de confecção do Relatório de Gestão Institucional, uma vez que o prazo de envio ao TCU encerra regularmente no dia 31 de março e, qualquer atraso penaliza o Gestor da Instituição. Na Divisão de Orçamento foi constatado sem cobertura em 31/12 o valor de R\$ 384.843,94 em notas fiscais de obras. Solicitou constar em Ata um agradecimento à equipe da Divisão de Orçamento pelo excelente trabalho realizado ao final do exercício. Explicou também que a Instituição elabora anualmente a Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA), que é estruturada a fim de contemplar todas as despesas e investimentos para o exercício subsequente. Disse que, entretanto, esta

previsão orçamentária é novamente avaliada pela equipe técnica do Ministério da Educação. Demonstrou nas tabelas apresentadas que os valores estimados na PLOA são suficientes ao funcionamento da Universidade. Porém, a Lei Orçamentária Anual (LOA), para o exercício de 2016 resultou num déficit na casa dos R\$ 33.000.000,00. Salientou que os constantes contingenciamentos de recursos de custeio e capital realizados pelo Governo Federal têm causado enorme desequilíbrio nas contas da Instituição, assim como o Decreto 8.540 de 09/10/2015, que versa sobre um corte na ordem de 20% dos recursos públicos. Disse terem buscado junto ao Ministério da Educação explicações em relação à metodologia empregada pela União na diminuição dos recursos de custeio e capital para a UNIPAMPA, uma vez que a Universidade está em crescimento, com vários prédios sendo construídos, cursos a serem viabilizados e estruturados. Exemplificou com o Curso de Medicina atendido pelo Programa Mais Médicos cujo acordo de repasse em 2016 era de R\$ 5.000.000,00 e liberaram somente R\$ 4.759.000,00. Disse que o Governo tem atuado em duas frentes para frear o contínuo aumento das despesas nos órgãos públicos, sendo que primeiro atinge diretamente o orçamento no Sistema SIAFI, e o segundo através dos decretos de contingenciamento. Apresentou também os dados da Coordenadoria de Avaliação Institucional, com o reconhecimento de 36 cursos entre 2012 e 2015 e atualmente com 29 cursos em renovação. Também disponibilizou os meios de contato dos Pró-reitores Titular e Adjunto e colocou-se à disposição de todo o Conselho para dirimir quaisquer dúvidas relacionadas ao material apresentado, que passa a fazer parte desta Ata.

2.8 Com a palavra o Pró-reitor Sandro Burgos, da PRAEC que agradeceu aos Professores Hansen e Mauricio pela oportunidade. Agradeceu também aos Pró-reitores Professores Nádia Bucco, Ricardo Carpes, César Techemayer e Alessandro Girardi; aos colegas Técnico-administrativos em Educação Luís Hamilton e Evelton Machado pelo acolhimento e pelo espírito de grupo que aqui se vivencia. Citou ainda os TAEs Eduardo Martinez da ACS e Pierre Martin do NTIC, pelo apoio durante as reuniões da equipe de gestão. Agradeceu ainda a conselheira Carina Teixeira, do Campus Uruguaiana, pelos votos de sucesso frente à PRAEC. Fez uma deferência especial ao Professor Rodrigo Benetti, presente nesta Reunião, pelas aulas de Direito Constitucional e Administrativo. Salientou que o Professor Rodrigo foi um grande motivador. Finalizou agradecendo aos conselheiros, Professora Daniela Benetti, Diretora do Campus Santana do Livramento e Professor Valdir Stefenon, Diretor do Campus São Gabriel. A seguir relatou sobre a transição na PRAEC. Iniciando pelos restaurantes universitários em funcionamento nos *Campi* São Borja, São Gabriel, Jaguarão, Uruguaiana, Dom Pedrito, Bagé e Alegrete. Ainda em construção e com previsão de entrega 2016 os RUs de Itaqui e Caçapava do Sul e, finalizando com entrega programada para 2017, o RU de Santana do Livramento. Sobre as moradias estudantis disse que a única em funcionamento e que é alugada, é em Santana do Livramento. Sobre as demais moradias, o Pró-reitor deu conhecimento aos presentes que há previsão de entrega dos prédios é a partir do segundo semestre deste ano nos *Campi* Alegrete, Jaguarão, São Gabriel e São Borja, dependendo do aporte de recursos. Também em construção e previstos para, a partir de 2017 nos *Campi* Dom Pedrito e Bagé. Cientificou que foram paralisadas judicialmente as moradias dos *Campi* Itaqui e Uruguaiana e ainda sem previsão de início das obras, no Campus Caçapava do Sul. Foram apresentados aos conselheiros os dados relativos aos Programas e Auxílios da Assistência Estudantil, com informações campus a campus, do número de inscritos, deferimentos e indeferimentos. O total de inscrições foi de 1.396 alunos, sendo 483 atendidos e 913

indeferidos. Destacou o Programa de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa, que concede atualmente 5.872 benefícios. O PAPE concedeu 225 auxílios de participação dos alunos em eventos externos à Universidade e pelo PBP MEC foram beneficiados indígenas e quilombolas. Sobre os apontamentos recebidos da AUDIN oriundos de uma auditoria realizada na Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários, o conselheiro entendeu como mais importante a incompletude documental dos discentes, a falta de esclarecimento acerca da situação patrimonial de estudantes contemplados com o Programa de Permanência, a desorganização de documentos referentes aos ingressos em editais de anos anteriores e a ausência de documentação da reavaliação socioeconômica. Finalizando, o Pró-reitor Sandro Burgos disse que fará um relato mais completo com as proposições da Assistência Estudantil na Reunião de março.

O Presidente informou sobre o retorno da Dr^a Zeneida Santana e da chegada do Dr. Ricardo Vera Cruz à CONJUR e agradeceu a toda equipe de Pró-reitores pelo esforço e trabalho que estão realizando, praticamente em três turnos, diariamente. Outro ponto interessante salientado pelo Presidente é que até o dia 31 de março foi solicitado aos Pró-reitores apresentem o plano das atividades e ações de cada Pró-reitoria, dando continuidade ao processo de transparência das ações perante toda a comunidade e, principalmente, perante esse Conselho, órgão máximo deliberativo desta Instituição. Antes de passar às perguntas dos conselheiros, o Prof. Hansen comunicou que já está agendada uma reunião com o conselheiro Denis Cobas para depois do dia 16 de fevereiro, quando tratarão da Jornada Flexibilizada, para prosseguimento das ações de implantação nos setores, desde que não haja necessidade de mais servidores. Disse que trabalharão com muita dedicação no sentido de buscar melhoria de atendimento para a Universidade e o público externo, tanto nas secretarias acadêmicas como nas bibliotecas.

Passando às perguntas do Plenário, o Presidente cedeu a palavra ao conselheiro Edson Kakuno que lembrou aos presentes que o RU só atende até às 14h e que se não fizerem logo o intervalo para o almoço, não poderão almoçar no Campus. Sugeriu, então, o Presidente, que os conselheiros formulassem seus questionamentos para que os Pró-reitores já pudessem ir sintetizando as respostas. A primeira pergunta do conselheiro Kakuno foi relacionada às vagas para titulares, se a restrição comentada no início da Reunião diz respeito a fração de vagas para concursos ou se afeta também as progressões. Sobre a questão das redistribuições, o conselheiro Kakuno, entende que um servidor trabalhando aqui na UNIPAMPA ou em outra instituição qualquer, continua sendo servidor público federal, mas solicitou que a Gestão pense em direções propositivas de manutenção dos servidores nesta Universidade. Disse também que quando se fala em uniformizar as normas e procedimentos, entende que somos uma só Instituição e que há sim necessidade de um mínimo de uniformidade, mas pensa que cada Unidade tem suas particularidades, sendo necessário deixar uma margem para que cada *campi* se adapte a sua realidade. Também fez a solicitação que todo esse material apresentado pelos Pró-reitores seja encaminhado a todos os conselheiros para uma melhor análise.

Na sequência o conselheiro Ronaldo Colvero agradeceu em nome da Direção, técnicos e discentes do Campus São Borja à Gestão anterior pelo trabalho desenvolvido naquela Unidade. Fez questão de salientar que este é um novo momento da Universidade e que é importante a união de todos. Disse ser pertinente

a colocação do conselheiro Kakuno sobre a importância de publicizar a toda comunidade os relatórios apresentados, pois dessa forma poderão comparar como receberam e como entregarão a Universidade daqui a 4 anos. Solicitou à atual Gestão que trabalhem com as propostas apresentadas na campanha e que os seus processos que serão apresentados em março venham agregados das grandes discussões realizadas nos 10 *campi* e na Reitoria. Disse ter grande convicção da competência dessa Equipe para gerir, gerenciar e organizar com responsabilidade esta Universidade Federal, contemplando, dessa forma, professores, técnicos e alunos. Como conselheiro pediu humildade e dignidade para reconhecerem o que não puder ser feito, transparência na apresentação de dados e informações, que trabalhem o propósito da igualdade e da quebra de paradigmas de desigualdade entre os 10 *Campi*, inclusive na área do conhecimento, considerando-se que todos querem ser reconhecidos como uma Universidade *multicampi*, integrada à sociedade. Lembrou também que para sermos grandes a Universidade precisa ser pensada pelos próximos 20 ou 30 anos e disse ter certeza que essa nova Gestão tem todas as condições para fazer essa caminhada com firmeza e responsabilidade. Ressaltou a importância do pedido do conselheiro Kakuno para que se trabalhe uma política para fixação dos servidores. Finalizando, o conselheiro Ronaldo desejou a todos um excelente trabalho, com mudanças. Disse reconhecer que muitas necessitarão de dinheiro, mas salientou a importância de outras mudanças como a palavra, a escuta, o diálogo, a transparência que não dependem de financeiro para acontecerem. Terminou agradecendo aos Pró-reitores pelas apresentações realizadas e pela transparência das informações e desejou a todos um bom CONSUNI daqui pra frente.

O próximo conselheiro inscrito foi o Prof. Valdir Stefenon, Diretor do Campus São Gabriel. O conselheiro parabenizou o Prof. Ronaldo pelas palavras e ratificou que todos estão ali para contribuir com a Universidade e trabalhar por ela. O questionamento do conselheiro Valdir foi dirigido ao Pró-reitor de Graduação, Prof. Ricardo Carpes. Perguntou se haverá por parte da COORDEG uma nova rodada de avaliação de cursos já pensando em 2017 e 2018, embora haja toda essa perspectiva da não implantação de novos cursos. Questionou como ficarão essas avaliações e aprovações no CONSUNI.

A conselheira Daniela Benetti, Diretora do Campus Santana do Livramento, fez 3 questionamentos. À PROGESP, sobre as 28 vagas para TAEs apresentadas pelo Pró-reitor César Techemayer e sem encaminhamento para concurso até o momento. A segunda pergunta versou sobre as vagas docentes para o Curso de Direito. Salientou que já estão com a segunda turma iniciando em março e gostaria de saber sobre a liberação das 14 vagas pactuadas para os três primeiros anos. Para a PROAD a conselheira pediu esclarecimentos sobre as dispensas de licitações para os locais de formatura. Disse que a solicitação somente foi efetivada no início de 2016 e que os alunos estão questionando sobre a posição da UNIPAMPA, os respectivos convites e o local da formatura.

Na sequência o conselheiro Fernando Zocche, Diretor do Campus Dom Pedrito, ressaltou a necessidade de se pensar na questão dos cursos novos, como já havia comentado o Prof. Ricardo Carpes. Disse o conselheiro que mesmo diante de um cenário bastante negativo do ponto de vista orçamentário e financeiro, a estrutura posta na UNIPAMPA começa a se pagar ao longo dos tempos e a partir do momento onde se consegue implantar novos cursos e a formar mais pessoas tem-se a perspectiva de crescimento. Salientou que em Dom Pedrito a comunidade anseia por novos cursos e que no Campus estão trabalhando em uma nova proposta.

Dessa forma, reforçando pergunta já feita, o conselheiro Fernando Zocche questionou se essa política restritiva vem diretamente do MEC ou se é do âmbito institucional e de que forma será feita. A segunda pergunta foi direcionada à PROPLAN, em relação às obras. Informou que em conversa com o Pró-reitor Adjunto, José Waldomiro Rojas, colocou que muitas obras estrangulam os processos, que em Dom Pedrito é assim que funciona e acredita que nas demais Unidades também seja dessa forma. A não completude de uma obra impacta em diversos setores uma reação em cadeia, que vai impedir com que as coisas aconteçam. Exemplificou com Estância recebida por doação em Dom Pedrito, onde precisam urgentemente colocar em uso, entretanto, falta infraestrutura elétrica o que termina ocasionando que outras obras também necessárias deixem de ser realizadas pela falta de luz. O questionamento do conselheiro foi sobre como serão distribuídas as prioridades dessas obras. E a terceira e última pergunta foi sobre a política de desenvolvimento da *multicampia*, se isso foi tratado junto ao MEC e se será trabalhado de alguma forma, para que o Campus possa receber um olhar diferenciado diante das 10 unidades mais a Reitoria.

A conselheira Ana Cristina Rodrigues, Diretora do Campus Jaguarão, ainda sobre restrição para a criação de cursos novos, como forma de ampliação, mesmo considerando o risco de contrário ao PDI, da *multicampia*, de Campus temáticos, disse ser importante repensarem a própria questão de replicação de cursos em alguns *campi*, haja vista que há campus com 700km de distância e que não atendem todas as demandas dentro dos cursos que possuem. Disse que talvez essa seja uma alternativa. A conselheira solicitou o registro de que embora já participe deste Conselho há um ano, seja em substituição a Direção do Campus Jaguarão, seja como representante da Comissão Superior de Ensino, hoje é a sua primeira vez como efetiva Diretora daquele Campus e registrou extrema satisfação com esse momento, onde pela primeira vez teve a oportunidade de ver todas as portas abertas, de todas as Pró-reitorias, e tomou conhecimento de números importantes. Parabenizou a equipe dos Pró-reitores pelo empenho ainda que com essa dura realidade e colocou-se à disposição da Gestão. Outro registro da conselheira foi a solicitação de que os *Campi* participem desse processo de gestão, que as direções estejam sempre presentes nas discussões, seja na questão das vagas, da infraestrutura, ou outra decisão, mas que componham uma grande equipe de gestão, considerando, principalmente, que as Unidades são parte de toda a Universidade, portanto, são parte da gestão também.

Continuando, o conselheiro Fernando Junges disse que um dos problemas da Universidade é o espaço físico. Por isso solicitou esclarecimentos à PROPLAN, especificamente sobre o Campus Bagé, que no ano passado teve uma empresa vencedora contratada para finalização das obras. Essa empresa solicitou a dilatação máxima do prazo para entrega de cada etapa do contrato, entretanto, sequer entrou no Campus Bagé. Disse que o acordo feito com a gestão anterior era que a citada empresa seria notificada, além de uma multa em torno de R\$ 900.000,00. Saliou ainda que essa empresa atua em outros *campi*, o que poderá interferir nas obras dessas outras Unidades. Reafirmando que um dos grandes problemas da Universidade é a falta de espaço físico, solicitou um relato acerca dessa questão e sobre a previsão para solucionar o problema, uma vez que receberam um memorando da PROPLAN com o pedido de cedência de um espaço para guarda dos veículos e outro para o almoxarifado central.

A palavra foi passada ao conselheiro Alexandre Caldeirão que perguntou se a PROPESQ E PROPG já pensaram sobre a possibilidade de uma fundação de apoio à pesquisa, se há ao menos a ideia de trabalharem nesse sentido já que no último ano esse assunto foi bastante debatido. O outro questionamento do conselheiro foi direcionado à PROEXT, sobre a Rádio Universitária, se é um projeto para todos os *campi* ou se existe a perspectiva de concentrar isso num único campus, mas com a possibilidade de produção de conteúdo em outras Unidades. O conselheiro justificou o questionamento uma vez que Jaguarão possui o Curso de Produção e Política Cultural. Assim considera interessante para os discentes daquela Unidade trabalharem dentro dessa perspectiva. Sobre a questão da prestação de serviços, o conselheiro solicitou mais esclarecimentos, pois não ficou claro para ele o que seriam esses serviços. Finalizando, o professor Caldeirão solicitou o apoio da PROEXT uma vez que neste ano o Encontro Nacional de Produção Cultural será organizado no Campus Jaguarão e se pretende que seja um evento de grandes proporções, que atrairá estudantes de todo o país. Lembrou, ainda, que no Brasil há somente quatro Cursos de Produção e Política Cultural e entre eles está o do Campus Jaguarão.

Com a palavra o representante discente, conselheiro Raniere Dourado que se disse surpreso, no bom sentido, com a exposição de dados apresentada pelos novos gestores. Salientou que houve má administração de recursos na gestão anterior. Como contribuição, disse que a Universidade já dispõe de muitas coisas, que alguns cursos de aperfeiçoamento não precisavam ter ocorrido enquanto outros, mais necessários, faltaram. Sugeriu um levantamento da capacidade técnica da Universidade, de sustentabilidade, não somente no que se refere a recursos, mas no aproveitamento das qualificações pessoais e profissionais dos servidores. O conselheiro concorda que há necessidade de reduzir as despesas com aluguéis, contas de luz e sugeriu que se faça a captação de energia e de água das chuvas. Finalizando, novamente agradeceu pela exposição apresentada pelos Pró-reitores e frisou a importância da transparência nesse processo.

Às 13 horas a Reunião foi interrompida e às 14 horas e 15 minutos os conselheiros retomaram os trabalhos.

2.9 Em resposta ao questionamento do conselheiro Kakuno sobre as vagas titulares, o Presidente disse que a Universidade recebe o número de uma cota dentro de um percentual de distribuição e que essas são da Instituição. Informou que as universidades federais estão pleiteando junto ao MEC, 150 novas vagas para titulares, sendo que algumas dessas vagas, sugeridas por ele próprio em reunião na ANDIFES, com excelente repercussão, sejam utilizadas para professores titulares que venham contribuir com o engrandecimento nos cursos, no desenvolvimento de pós-graduação, de pesquisa e outras sejam para o processo de progressão e promoção, conforme a distribuição das Instituições. Disse haver problemas em algumas universidades com grande número de professores para serem titulares e sem vagas para essa finalidade e que, se conseguirem, essas 150 vagas serão distribuídas entre todas as universidades federais.

2.10 Sobre redistribuições, ações proibitivas ou ações propositivas, disse que o MEC deverá regulamentar esse assunto, na tentativa de evitar a evasão das universidades. Informou que em encontro anterior com o Ministro foi tratada a formação de um grupo para estudar o estancamento do processo de evasão. Disse

ainda o Presidente, que naquela ocasião solicitou ao Ministro que se pensasse na questão dos adicionais de fronteira e de penosidade como uma forma mais forte de fixação. Também solicitou reforço no quadro com funções gratificadas e cargos de direção, também no sentido de minimizar esse processo. Complementando, o conselheiro César Techemayer explicou que além dessas ações a própria CGU apresenta uma avaliação sobre o ambiente de trabalho, sobre o clima organizacional e que muitas vezes os problemas internos trazidos à gestão, podem ser resolvidos através da gestão interna nas unidades evitando, assim, a evasão. Saliou que uma pesquisa de clima organizacional bem feita identifica situações e dá subsídios para minimizar problemas e com isso, também a evasão. Informou que pensam projetos que permitam conhecer todos os desafios das Unidades. Na sequência o professor Hansen comentou que a questão das FGs e CDs serão reavaliadas pelo grau de complexidade, tático, estratégico, operacional, número de pessoas envolvidas naquele setor, grau de atuação, ou seja, o quanto atua perante toda a Universidade aquele determinado setor. Com base nisso farão as distribuições, não personalizadas, mas por merecimento da função que a pessoa efetivamente está desenvolvendo. Disse que esta é uma maneira diferenciada de imparcializar a questão, devendo ser pela competência, pelo desempenho na sua atividade e função e salientou o trabalho no sentido de viabilizarem esse instrumento. Informou estarem trabalhando na elaboração no organograma da Universidade, que foi um dos apontamentos do MEC. Com isso, a relação com o Ministério será beneficiada, facilitando o claro entendimento às solicitações feitas.

2.11 Outro questionamento do conselheiro Kakuno foi sobre a uniformização das normas. O conselheiro sugeriu flexibilização nos *campi*. O Presidente esclareceu que é no sentido de terem normas iguais para aquilo que realmente necessita ser igual. Que um fluxo de determinado processo dentro de um campus não pode ser diferente do fluxo desse mesmo processo em outro campus. Dessa forma há a necessidade de instrumentalizar e normatizar uma série de questões iguais dentro da Universidade. Saliou que com a padronização se conseguirá celeridade nos processos, pois quem vier substituir um colega, encontrará um manual de como fazer o trabalho.

2.12 Sobre as cópias das apresentações nesta Reunião, o Presidente destacou a solicitação feita aos Pró-reitores que enviem aos conselheiros e informou que serão anexadas a esta Ata, avaliando a transparência do que aqui foi exposto. Garantiu ainda medidas para superação das dificuldades encontradas e comprometeu-se nesse sentido.

2.13 Com relação ao pedido de publicização dos relatórios, feito pelo conselheiro Ronaldo, o Presidente confirmou ser essa a intenção da Gestão. Sempre trazerem o resumo do que aconteceu naquele período a fim da comunidade acadêmica poder acompanhar. Outro detalhe é que as direções dos *campi* serão partícipes e ativas nas tomadas das decisões. Disse que as decisões serão conjuntas a fim de pactuarem onde serão realizados os investimentos e que não adianta iniciar obras em todos os *campi* e não terminar nenhuma. Saliou que os pontos nevrálgicos serão atacados para a solução dos problemas.

2.14 Enfatizou que o diálogo é a formação no princípio da transparência. Acrescentou que a Reitoria estará sempre de portas abertas. Saliou que não será uma Reitoria engessada. Todos sabem do grau de responsabilidade, e que a equipe tem trabalhado e continuará trabalhando incansavelmente por essa Instituição.

2.15 Sobre a proposta dos diretores participarem efetivamente nas tomadas de decisões, declarou o Presidente que esta é uma condição *sine qua non* para se

trabalhar um processo de igualdade. Complementou informando que fez solicitação ao Pró-reitor de Planejamento para buscar junto à UFSM e UFPel a origem desde o primeiro investimento, onde é que foi feito, o quanto cada *campi* já ganhou, para posteriormente buscarmos o processo de equalização e conseguirmos a visão desta Universidade na sua totalidade. Fez questão de lembrar que neste momento de dificuldades precisamos pensar na consolidação daquilo que já existe. Se fizerem ampliações gerarão mais passivos e conseqüentemente, estarão sendo irresponsáveis. Disse que isso, entretanto, não impede de deixarem as estruturas dos cursos organizados e que trabalharão pela superação. Falou também do desafio da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e a própria Inovação que é a busca de recursos junto aos órgãos externos, ainda pequenos aqui, que é preciso mudanças nessa política, e para fortalecer isso estão propondo a Diretoria de Assuntos Estratégicos, Relações Institucionais e Internacionais; uma Diretoria voltada para os assuntos estratégicos dos núcleos de desenvolvimento tecnológicos, uma Pró-reitoria de Pós-graduação e Inovação fundidas numa única Pró-reitoria. Salientou que o organograma está na fase de revisão para publicação no Boletim de Serviço e que esperam melhorar o fluxo dos processos com essas futuras adaptações.

2.16 Em resposta ao questionamento do Conselheiro Valdir Marcos Stefenon sobre os cursos de graduação, o conselheiro Ricardo Howes Carpes respondeu, que a PROGRAD está aberta para receber e analisar qualquer PPC. Explicou que pela visão do Reitor e do Vice-Reitor estão preestabelecendo alguns assessores de área para auxiliar nesse trabalho, mas quanto à questão, se os cursos irão ou não abrir, disse que precisam ter o bom senso e respeitar a orientação do MEC, mas que provavelmente mantenham o fluxo contínuo. Salientou que a Gestão, Pró-reitores e equipes diretivas trabalharão em conjunto para deliberar sobre esse assunto.

2.17 Na sequência, respondendo o questionamento da conselheira Daniela Benetti sobre as 28 vagas de TAEs (oriundas de redistribuições e/ou vacâncias), o conselheiro César Techemayer explicou que estão finalizando a definição para posterior lançamento do edital. Disse que será necessária a contratação de uma empresa para elaboração e aplicação das provas e que já houve um contato com a Consultoria Jurídica da UNIPAMPA. Disse que a PROGESP já está providenciando os 3 orçamentos necessários, entretanto, o processo todo deverá durar entre 90 e 120 dias. Manifestou preocupação com o risco de suspensão de concursos públicos. Também cogitaram usar fundações de apoio, mas que a burocracia é ainda maior. Sobre as vagas docentes a informação é que estão pactuadas, entretanto, essa liberação precisa ser negociada pelo Reitor com o MEC.

2.18 Respondendo a pergunta do conselheiro Fernando Zocche, o Presidente disse que em 2014 foram abertos 150 novos cursos de graduação nas universidades federais e que o Governo não repassou nenhum recurso financeiro ou de pessoal, e ainda não há previsão de liberação por parte do MPOG, pois existe um passivo maior e mais antigo que precisa ser pago. Questionou, então, se é o momento para se lançar um curso novo considerando que não há financeiro. Disse que devem buscar na argumentação do que já existe, atenderem parcialmente esta primeira etapa, sem, entretanto, sobrecarregarem os docentes já em exercício. Explicou que orçamento é uma ação e efetivar o financeiro é outra. Sobre os 2500 novos códigos de vagas pleiteados pelas universidades o Ministério rebateu com os 8.000 concursados, não justificando a solicitação. Em outras palavras o que o MEC quis dizer é que as universidades não estão desempenhando o seu papel. Salientou não ser este o caso da UNIPAMPA, já que não são tantas as vagas que nós temos por concursar e já definidas pelos *campi*. Por isso devemos atuar de maneira bastante

responsável, fazer um trabalho aprofundado, estruturar todos os cursos e consolidar os que nós temos. Continuando, o Presidente salientou que falta muito pouco para a UNIPAMPA perder o *status* de “nova universidade”, perdendo então incentivos financeiros que as universidades mais antigas já não recebem, daí a importância do Plano de Desenvolvimento das Novas Universidades. Enfatizou que ainda não temos tudo e que muito se precisa fazer. Por isso a necessidade de captação de verbas de projetos externos e a busca de cooperações nacionais e internacionais, que é o que está mantendo outras universidades. Salientou que este é o momento de repensar a criação de cursos novos, que podem deixar tudo encaminhado e, no momento apropriado, elencarem as prioridades para o desenvolvimento, e aí buscar a equalização da Universidade, que é outro fator a ser considerado, pois é uma solicitação de todos os diretores. Salientou que dessa forma não haverá necessidade de replicar a matriz Andifes, facilitando o compartilhamento das verbas e a Universidade conseguirá efetivamente crescer de forma equilibrada na região instalada.

2.19 O conselheiro Ronaldo Colvero, lembrando tratativas anteriores neste Conselho, questionou se as vagas foram pactuadas formalmente ou não, se há confirmação do MEC ou não. Lembrou que falaram em um quantitativo maior e agora terão que buscar isso. O Presidente respondeu que estão se apropriando de documentos encaminhados ao MEC, como funções gratificadas, FCCs para as coordenações de cursos. Salientou que em dois anos somente um ofício foi enviado, fazendo parecer que a UNIPAMPA estava consolidada como as outras universidades. Disse o Presidente que se houvesse essa pactuação de 150 vagas os cursos teriam professores. A conselheira Daniela Benetti recordou que a Medicina é um curso autorizado, assim como o de Direito, que teve sua portaria de autorização em maio do ano passado. Disse que com muito custo aceleraram toda a tramitação do processo para abertura no segundo semestre de 2015, com 50 vagas e até o momento não receberam as vagas. Salientou que curso autorizado tem a pactuação feita por dois ministérios, MEC e MPOG, a portaria que dita o banco equivalente das universidades é interministerial. Dessa forma o Ministério do Planejamento não pode se ausentar e dizer que foi feito pelo MEC e que eles não tinham ciência disso e não enviam vagas e códigos de vagas, uma vez que a portaria é em conjunto. Disse haver desgaste entre os dois Ministérios, porque o banco equivalente é editado com o aval dos dois. Quando autorizam cursos, necessariamente autorizam a validação desses códigos. Então um curso de 05 anos pactuou-se 14 vagas, Medicina que é um curso mais longo e com especialidades foram 60 vagas. A portaria de Medicina com a pactuação foi dada ao Campus. Disse que solicitou à gestão anterior essa mesma documentação da pactuação do curso de Direito e que deve estar no processo de autorização do curso sendo necessário resgatá-la. A informação que teve é que está na PROGESP e que solicitariam o repasse ao Campus, mas que isso não ocorreu. Salientou que há duas responsabilidades, do MEC e do MPOG, com autorização de cursos dessa natureza. O Presidente passou a palavra ao conselheiro Ricardo Howes Carpes, que relatou reuniões de quando este assunto foi tratado, mas que em relação ao Curso de Direito iriam averiguar. Enfatizou que o memorando enviado às Unidades, tem anexada uma lista dos cursos que estão em análise. Com base nisso deverão fazer um estudo com as equipes diretivas e comunidades acadêmicas para, então, tentarem uma nova pactuação. Na sequência o conselheiro César Augustus Techemayer que confirmou a existência dos documentos de pactuação dos Cursos de Medicina e de Direito. Alertou, entretanto, que isso é um passo, ainda não se tem

a liberação dos códigos de vagas do Planejamento para concursos. Disse que depende de negociação da Reitoria junto ao MEC e ao MPOG. O Presidente disse que na última Reunião da Andifes já havia comentado sobre isso e que na sua próxima agenda em Brasília buscará uma solução tanto para Santana do Livramento, Uruguaiana e também sobre o início do Curso de Direito em São Borja. Salientou que trabalhar dentro do princípio da *multicampia* seria uma maneira de ajuste, já que as distâncias não são grandes. A conselheira Daniela Benetti solicitou o envio desse documento ao Campus Livramento. Disse que depois do mês de outubro, saiu uma portaria específica para as vagas da Medicina. Falou da importância de se tornar público o saldo do banco equivalente, saberem a margem existente e o que tem realmente utilizado, porque se o MPOG está fazendo esse resguardo, fica claro que essas novas vagas só serão liberadas na próxima portaria interministerial, no final do ano. Assim sendo, aquilo que era para ser no primeiro ano do curso que iniciou em agosto do ano passado, virá somente no final de 2016, e assim sucessivamente, até o final de cada ano. Continuando, o professor Hansen confirmou a importância do assunto e comprometeu-se a firmar um documento, inclusive com as demandas de outros cursos, para encaminhar ao Ministério, buscando resolver essa questão.

2.20 Respondendo ao conselheiro Fernando Zocche o Presidente disse que é preciso, dentro do processo de planejamento, buscar soluções nas finalizações de obras.

2.21 O Presidente também comentou sobre a questão da *multicampia*. Disse que o Relatório do Desenvolvimento das Novas Universidades dará um “norte” para que possam entregar as reivindicações de todas as Unidades. Salientou que para fazerem um trabalho bem sólido, real e que vislumbre todas as nossas necessidades, é preciso que as direções organizem as prioridades para que ninguém fique prejudicado, e todos sejam contemplados. A data prevista para o término desse Relatório é a partir de abril.

2.22 Com relação ao local de formaturas para o Campus Santana do Livramento, o conselheiro Evelton Ferreira informou que já contatou o Coordenador Administrativo da Unidade para que envie o pedido de dispensa de licitação, mas que até o momento ainda não havia recebido essa solicitação. Também orientou que agendassem com a AABB para tentarem solucionar o problema das certidões negativas daquela Associação.

2.23 Em resposta a sugestão da conselheira Ana Cristina sobre a replicação de cursos, o posicionamento do Presidente é de que isso também significa um curso novo, mas concordou em levar essa demanda para o MEC. Disse, ainda, que podem pensar algumas questões para facilitar, como a mesma equipe de professores em situações EAD, cabendo, então, estudar o aspecto legal. Salientou a necessidade de buscarem alternativas para conseguir contemplar o máximo possível. Reforçou a fala que a Reitoria está sempre de portas abertas e, novamente solicitou aos diretores que no início de março reúnam suas equipes e comecem a estruturar o plano de desenvolvimento que pretendem para o seu campus. Esse trabalho fará parte do Plano de Desenvolvimento das Novas Universidades. Salientou que a Reitoria está imbuída de trabalhar e auxiliar no que for preciso para atingirem esse objetivo. Foi isso que vislumbrou para a UNIPAMPA ficar um passo além das universidades já consolidadas.

2.24 Sobre a questão do espaço físico levantada pelo conselheiro Fernando Junges, o Presidente explicou que o aluguel da HORTEC é alto e que a Gestão solicitou ao Campus Bagé para usar partes dos blocos que ainda não estão

ocupados. O conselheiro Fernando Junges disse que é importante falar sobre isso porque é preciso estabelecer um critério comum para todas as Unidades, uma vez que quando um servidor submete um projeto com fomento, principalmente de pesquisa, o diretor assina um documento se responsabilizando em dar condições para que o projeto seja executado. Disse ainda, que depois do pesquisador ganhar o projeto, as direções são muito cobradas pela infraestrutura. Informou que já contataram com o Pró-reitor de Planejamento para que estabeleçam critérios claros e que as Pró-reitorias de Pesquisa e Pós-graduação trabalhem junto com a PROPLAN no estabelecimento desses critérios, de forma a contemplar todas as Unidades. O Professor Hansen complementou dizendo que muitos projetos não têm apoio inicial na elaboração, acompanhamento intermediário e tampouco a sua real exequibilidade, sendo essa a razão de se alterar o fluxo.

2.25 O conselheiro Luís Hamilton, ainda sobre a questão da subestação elétrica para a Estância de Dom Pedrito, comunicou que, juntamente com o professor Rojas, pediram às Unidades um inventário do passivo básico, as necessidades de infraestrutura e acessibilidade. Afirmou ainda o conselheiro que, pretendem se reunir com as equipes diretivas para conhecerem a realidade de cada Campus. Agradeceu terem feito esse questionamento, pois oportuniza tratar as demandas com transparência e para isso, embora o setor ainda esteja se estruturando, planejam conseguir enviar as planilhas. Sobre os blocos 3 e 5 do Campus Bagé disse que quando assumiram a Gestão verificaram que a empresa não tinha entrado na obra e, por orientação da CONJUR, iniciou-se a rescisão do contrato. Uma nova licitação será feita depois de uma discussão com as direções. Informou que não houve perda de recurso porque não havia sido empenhado. O Pró-reitor de Planejamento colocou-se à disposição para ajudar e esclarecer quaisquer dúvidas. O Presidente reforçou a questão do espaço para os veículos, uma vez que a Universidade poderá redimensionar esse financeiro com o término da locação da HORTEC.

2.26 Sobre as considerações do conselheiro Alexandre Caldeirão relativas às Fundações de Apoio à Pesquisa, o Presidente disse que essa resposta talvez contemple o questionamento do Professor Fernando. Explicou que na semana anterior, com os Pró-reitores Nádia Bucco e Luís Hamilton e um docente do Campus Dom Pedrito, tiveram uma reunião com o Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor Administrativo da Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS), quando trataram de uma possível parceria da Fundação com a UNIPAMPA e receberam a informação que quatro pesquisadores da UNIPAMPA já haviam procurado a Fundação. Explicou que esse não é um processo simples, há necessidade de renovar a parceria a cada seis meses também em função do valor do projeto, mas que o maior problema é o fluxo. Afirmou estarem pensando alternativas já que no momento a UNIPAMPA não tem como investir recursos em uma fundação. Disse também que é necessário que existam projetos fortes, e em quantidade, que demandem uma fundação.

2.27 Na sequência a conselheira Nádia Bucco respondeu às questões levantadas pelo conselheiro Alexandre Caldeirão. Explicou que a Universidade tem a Resolução 07/2010 que dispõe sobre a prestação de serviços por meio de convênios e contratos com entidades públicas e privadas. Falou também da Resolução 22/2010 que aprovou uma tabela de valores máximos para cada modalidade de bolsa, e que obviamente está defasada. Também sobre esse assunto, há a Orientação Normativa 01/2015, publicada em Boletim de Serviço e salientou que embora todos esses sejam mecanismos institucionais para a efetivação da prestação de serviços, não existe, de fato, a prestação de serviços na Universidade. Reiterou a fala do professor

Hansen sobre a agenda na FAURGS e a morosidade de todo o processo no Grupo de Apoio Técnico (GATE), que é instituído pela SESu e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Explicou que as análises dos pedidos de registros e credenciamentos são realizadas no GATE, após terem sido aprovadas nos Conselhos Superiores das universidades envolvidas. A validade do credenciamento é de um ano, renovado semestralmente e esse processo de renovação pode levar mais de um ano. Exemplificou com a UFFS que aguarda parecer do GATE há dois anos. Salientou que além da UFFS muitas outras instituições aguardam aprovação. Disse também que a aprovação do marco legal de ciência e tecnologia tem como finalidade a aproximação da universidade pública com as empresas privadas de modo a poderem trabalhar mais próximas, ou seja, facilitar as pesquisas. Salientou que algumas leis foram modificadas após a aprovação do marco regulatório, inclusive alguns dispositivos da Lei 8666/93, das licitações e acredita que deverão fazer alterações no documento da UNIPAMPA que é de 2010. Disse concordar com o professor Hansen que no momento, pelo volume de projetos da Universidade não temos condições de viabilizar uma fundação própria. Deu ciência do encaminhamento à CONJUR de toda a documentação recebida na reunião com a FAURGS. Sobre o questionamento do conselheiro Alexandre Caldeirão se os recursos seriam colocados na conta única da Universidade, a Pró-reitora explicou que de acordo com a Orientação Normativa 01/2015, os percentuais estão definidos para a Universidade, para o Campus e para o grupo proponente. Salientou que é um anseio de todos os pesquisadores estenderem a prestação de serviços na UNIPAMPA aos projetos de ensino e extensão já que em algumas instituições isso representa uma grande fonte de receita. Disse que haverá necessidade de uma regulamentação e que pela *multicampia*, pela natureza e especificidade da ação, cada Unidade precisará fazer a adequação. Salientou o interesse da Gestão para que todas as possibilidades de prestação de serviços sejam viabilizadas a fim de termos um incremento na receita da Universidade. Respondendo sobre a rádio, a Pró-reitora disse que essa demanda não estava na PROEXT, mas que tinham conhecimento do GT que tratou do assunto. Por esse motivo houve uma reunião com a PROPLAN e ACS e que o assunto será retomado. O conselheiro Caldeirão explicou que esse questionamento partiu da Câmara de Vereadores de Jaguarão que solicitou apoio do Curso de Produção e Política Cultural na formalização e na estruturação de uma rádio dentro daquela Casa. Enfatizou que para o Campus esse é um importante e grande projeto uma vez que carecem de locais de estágios para os alunos. Solicitou participar caso haja alguma tratativa em torno disso. A Pró-reitora disse que isso seria considerado assim que retomassem o assunto. Corroborando com a exposição da conselheira Nádia, o Presidente acrescentou que o marco legal limita a prestação de serviços a oito horas semanais e, no máximo, em quatrocentas horas/ano. Comentou que ainda tem o período de reeditar e, para não configurar vínculo empregatício. Lembrou que este Conselho já teve uma comissão para tratar do tema, mas que o assunto não foi adiante, embora ele mesmo tenha solicitado, por diversas vezes, a reativação dessa comissão, por isso buscarão trazer soluções que sejam plausíveis e pertinentes. A respeito do Encontro Nacional de Cultura o Presidente disse que é uma ação de extensão e com a professora Nádia à frente da PROEXT participarão sempre em todas as Unidades. Falou também da sua satisfação com as considerações do conselheiro Raniere e também surpreso, pois já está fixado em pelo menos três *campi* o cartaz colocado no mural do MEC com as palavras “antes de decidir pense no estudante”. Essas palavras foram proferidas pelo próprio professor Hansen, em reunião no Ministério da Educação. O

Presidente comentou que isso é sinal que estamos sendo ouvidos. Comentou também que o objetivo da Gestão é trabalhar para todos e utilizar o potencial e a capacidade técnica valorizando os servidores desta Universidade.

2.28 O conselheiro Kakuno questionou se a Gestão tem algum planejamento para a questão de fixação da Reitoria. Disse que ficou claro pela tabela de gastos que as obras despendidas pela Reitoria, o volume em termos de valor, foi maior, que o volume investido no próprio campus. Disse que os números mostram no médio e longo prazo a economia em estabelecer a Reitoria em prédio próprio. Em resposta o Presidente informou que já trabalham nessa premissa, inclusive com doação de novas áreas para a UNIPAMPA. Solicitou o empenho dos diretores de Itaqui e São Gabriel no sentido de conseguirem áreas para construção uma vez que os aluguéis são muito dispendiosos assim como solicitou um estudo para a redução dessa despesa. Informou que dentro do planejamento das obras está se analisando estruturas horizontais muito mais econômicas, mas que dependem de espaços físicos suficientes. Enfatizou que esse tipo de obra projetada pelo Professor Rojas e que será apresentada ao MEC é mais rápida, economicamente viável e atende as necessidades de salas de aulas que podem se tornar laboratórios e vice-versa. Dessa forma a Gestão buscará zerar as despesas com aluguéis.

2.29 Na sequência o Conselheiro Ricardo Carpes fez um informe sobre o SiSU 2016. O conselheiro agradeceu às equipes que participaram. Saliou que é um processo trabalhoso, mas que estão conseguindo finalizar as matrículas da chamada regular sem nenhuma ocorrência grave. Agradeceu também às secretarias acadêmicas, aos coordenadores acadêmicos, aos diretores que trabalharam conjuntamente nessa primeira parte do processo. Disse que foram oferecidas 3.180 vagas em 64 cursos de graduação, nessa primeira etapa de chamada regular. Foram 40.272 inscritos, sendo selecionados 3.174 candidatos com média geral de 12,68 candidatos/vaga. Apresentou os dados de inscrição em ordem alfabética por Campus e por curso, cujos slides passam a integrar esta Ata, assim como o gráfico com a relação vagas/disponibilidade/matrículas efetivadas campus a campus.

3. Assunto: Informações dos Conselheiros
Não houve manifestação.

4. Assunto: Inclusões e Exclusões de pauta

4.1 A conselheira Ana Eveline solicitou informações sobre o andamento do processo que trata do Programa de Incentivo à Capacitação e Qualificações dos Servidores TAEs.

Resultado: A inclusão do assunto foi aprovada por UNANIMIDADE. Ausente no momento da votação o conselheiro Alexandre Caldeirão Carvalho.

5. Assunto: Indicação de nome para o cargo de titular na AUDIN

5.1 Processo: 23100.000194/2016-94. **Origem:** Gabinete. **Objeto:** Indicação do servidor Prof. Jeferson Luis Lopes Goularte para ocupar o cargo de titular na AUDIN. O Presidente esclareceu que esta aprovação no Conselho Superior é uma exigência da Controladoria-Geral da União (CGU), conforme a Portaria nº 915, de 29 de abril de 2014. Comentou também que o Prof. Jeferson já exerceu essa função durante um período, na gestão anterior. Não havendo manifestação dos conselheiros, o Presidente colocou em votação a indicação.

Resultado: Aprovado por UNANIMIDADE. Ausentes no momento da votação os conselheiros Fernando Junges e Ana Eveline Marinho.

6. Assunto: Apreciação de Ata

6.1 Origem: Secretaria do CONSUNI. **Objeto:** Apreciação da Ata nº 70, da 70ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário, realizada em Bagé, no dia 17 de dezembro de 2015.

Resultado: Aprovada. Registramos a ausência dos conselheiros: Fernando Junges e Ana Eveline Marinho. Abstiveram-se: Alexandre Caldeirão Carvalho, César Augustus Techemayer, Luís Hamilton Tarragô Pereira Júnior, Sandro Burgos Casado Teixeira, e Saulo Menna Barreto Dias.

7. Assunto: Comissão de Relações Universidade-Sociedade (CR U-S)

7.1 Processo: 23100.003552/2015-31. **Origem:** ARI/Campus Bagé. **Objeto:** Apreciação da assinatura *ad referendum* do Conselho Universitário, do Convênio de Cooperação para Implementar o Programa de Pós-graduação entre a UNIPAMPA e a EMBRAPA. **Relator ad hoc:** Ronaldo Bernardino Colvero. **Parecer:** Favorável à aprovação da assinatura *ad referendum* no presente Convênio.

Resultado: Aprovado por UNANIMIDADE. Ausentes no momento da votação: Fernando Junges e Ana Eveline Marinho.

7.2 Processo: 23100.003903/2015-12. **Origem:** ARI/NInA. **Objeto:** Acordo entre a UNIPAMPA e a Associação de Deficientes Visuais do Município de Bagé, objetivando o mútuo assessoramento na realização de projetos de pesquisa, ensino e extensão a atividades artístico-culturais. **Relator ad hoc:** Ronaldo Bernardino Colvero. **Parecer:** Favorável à aprovação do presente Acordo.

Resultado: Aprovado por UNANIMIDADE. Ausentes no momento da votação: Fernando Junges e Ana Eveline Marinho.

7.3 Processo: 23100.003744/2015-48. **Origem:** Campus Santana do Livramento. **Objeto:** Termo de Permissão de Uso a Título Gratuito entre a UPGRADE Consultoria Jr. e a UNIPAMPA. **Relator ad hoc:** Ronaldo Bernardino Colvero. **Parecer:** Favorável à aprovação do Termo.

Resultado: Aprovado por UNANIMIDADE. Ausentes no momento da votação: Fernando Junges e Ana Eveline Marinho.

8. Assunto: Comissão de Regimentos e Normas (CRN)

8.1 Processo: 23100.003383/2015-30. **Origem:** Conselheiro Diogo Alves Elwanger. **Objeto:** Proposta de Resolução de Instituição da “Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação da UNIPAMPA” (CIS/UNIPAMPA) e Aprovação do respectivo Regimento. **Relatoria:** Raniere Dourado. **Parecer:** Favorável à Instituição da CIS/UNIPAMPA e aprovação do respectivo Regimento. Após a leitura do parecer, o conselheiro César Techemayer solicitou vistas ao processo a fim de contribuir com o processo de melhoria do projeto, levando-se em conta a sua formação na área de gestão de pessoas.

8.2 Processo: 23100.000691/2012-61. **Origem:** CPA. **Objeto:** Proposta de Alteração do Regimento da Comissão Própria de Avaliação. **Relatoria:** Raniere Dourado. **Parecer:** A CRN emitiu parecer de indeferimento da proposta, mas encaminha ao CONSUNI para apreciação. A conselheira Ana Cristina Rodrigues, Presidente da CPA, fez um breve histórico sobre a tramitação da proposta e logo passou à defesa da alteração, justificando aos presentes que é necessário entender a diferença entre a CPA e a Coordenadoria de Avaliação. Saliou a importância de se manter a alteração do regimento em razão da Coordenadoria de Avaliação ser

um órgão indicado pela Gestão e, como a característica da Comissão Própria de Avaliação é a autonomia em relação aos órgãos de Gestão, entende-se que é fundamental que haja um TAE da Reitoria por dois motivos: primeiro porque se entende que é uma representação efetiva dos técnicos lotados na Reitoria – e que a Coordenadoria de Avaliação não faz esse papel – e por último, porque assim se garante a representatividade de todas as Unidades da Universidade na Comissão Central de Avaliação. Aproveitando, a conselheira registrou a participação via *webconf* do conselheiro Adrian Lucian que parabeniza a gestão pelo processo na Reitoria e também aos procuradores voluntários que contribuíram com as matrículas dos alunos. A seguir o Presidente coloca em votação o parecer da CRN, salientando que os votos favoráveis validam o parecer e os desfavoráveis rejeitam o parecer da Comissão de Regimentos e Normas.

Resultado da votação do parecer da CRN: 07 votos favoráveis dos conselheiros: Cláudio Schepke, Daniela Benetti, Valdir Stefenon, Carina Teixeira, Edson Kakuno, Miriane Azevedo e Raniere Dourado; 17 votos contrários. Ausente: Fernando Junges e Ana Eveline Marinho

Resultado da votação da alteração do Art. 9º da Resolução 11/2010: 16 votos favoráveis, 07 abstenções dos conselheiros: Cleber Maus, Daniela Benetti, Ronaldo Colvero, Valdir Stefenon, Edson Kakuno, Miriane Azevedo e Raniere Dourado e 01 voto contrário da conselheira Carina Teixeira. Registramos a ausência dos conselheiros Fernando Junges e Ana Eveline Marinho.

O conselheiro Edson Massayuki Kakuno relatou orientação da CONJUR no parecer favorável a instituição da CIS do respectivo regimento, parecer da CONJUR “*Consigna que não há afronta a ordem jurídica*”, ao processo nº 23100.003383/2015-30, destacando que na folha 60 há outro parecer da CONJUR, cujo no item 3 diz: “*que indefiro a substituição por ilegitimidade ativa*”. O Presidente, para melhor entendimento dos conselheiros, esclareceu que o parecer da CONJUR é favorável a instituição da CIS e aprovação do respectivo regimento e que esse segundo parecer faz referência a um pedido de substituição da palavra ALTERAÇÃO para APROVAÇÃO.

9. Assunto: Comissão Eleitoral Geral (CEG)

9.1 Processo: 23100.003230/2015-92. **Origem:** CGE. **Objeto:** Homologação do Resultado da Eleição para o Conselho Universitário – Edital nº 03/2015. **Relatoria:** Saulo Menna Barreto Dias. O conselheiro fez a leitura da classificação final dos candidatos a representação docente, TAE e discente no CONSUNI.

RESULTADO: O resultado da Eleição regida pela Edital nº 03/2015 foi homologado com as abstenções dos conselheiros Ana Cristina Rodrigues e Alexandre Caldeirão Carvalho. Ausente o conselheiro Fernando Junges.

10. Assuntos Gerais

10.1 A conselheira Ana Eveline Viana Marinho solicitou informações sobre o Plano de Capacitação/Qualificação dos TAEs, processo 23100.003381/2015-41, pois o mesmo já havia passado pela CRN e a última notícia é que estaria na CONJUR para emissão de parecer jurídico. Disse que houve um contato entre o conselheiro Diogo Elwanger e um representante da Reitoria sobre algumas alterações, como a inclusão dos docentes. Lembrou a conselheira que esse plano foi trabalhado em cima da carreira TAE, que é bem diferente. Sugeriu que assim como foi feito no processo de avaliação, se faça outro trabalho para carreira docente. Comentou que há cobrança

dos TAEs sobre o andamento do processo no CONSUNI, e questionou se a Mesa sabe informar sobre o status de tramitação e previsão de entrada em pauta. O Vice-presidente, Professor Mauricio Aires Vieira lembrou que o mesmo tramitou em 2015 na CRN e CONJUR tendo pareceres favoráveis, não afrontando nenhuma ordem jurídica. Em 13 de janeiro foi devolvido ao NUDEPE pela questão orçamentária. Um dos itens apontados pelo NUDEPE e PROPLAN foi sobre a reserva de dotação orçamentária de 1% do valor da folha de pagamento para as capacitações. Salientou que esse percentual deveria ter sido considerado na PLOA, e que não foi debatido nem no NUDEPE e tampouco na PROPLAN. Informou que haverá uma reunião com todos os envolvidos a fim de se buscar um meio termo, considerando-se não haver cobertura orçamentária, mas que será enviado ao Pleno.

10.2 O Vice-Presidente solicitou que os conselheiros cheguem com conhecimento dos processos e pareceres que serão votados, pois os mesmo não mais serão lidos durante as reuniões. Exemplificou que a dúvida do conselheiro Kakuno sobre os pareceres da CONJUR, foi sobre o processo ter dois pareceres. O primeiro parecer da CONJUR diz que não há afronta a ordem jurídica. Na página seguinte a Secretaria do CONSUNI simplesmente solicitou a substituição da palavra ALTERAÇÃO para APROVAÇÃO, porque não estava declarado no parecer. Após essa declaração, a observância no parecer de um carimbo da CONJUR onde diz que foi aprovado. Então na realidade o que o Procurador colocou é que não defere a solicitação uma vez que já estava posto como aprovado dentro do parecer. Disse que por solicitação do Presidente a partir da próxima reunião quando o assunto for colocado em pauta não mais se fará a leitura do parecer em plenário. O mesmo será colocando em debate e, não tendo nenhuma objeção ou esclarecimentos, será posto em votação imediatamente. Tudo isso na busca por celeridade. Em combinação com a CONJUR e a Secretaria do CONSUNI buscou-se a maior antecipação possível dentro dos prazos. Salientou que as reuniões devem ser aproveitadas para debates e não para as leituras, já que estas devem ser feitas previamente.

10.3 Finalizando, o Presidente informou que a reunião de fevereiro será postergada para o dia 1º de março, terça-feira, pois conforme análise prévia foi constatada falta de quórum em razão do período de férias. Disse também que pela necessidade de economicidade, estuda-se uma maneira de reduzir as reuniões deste Conselho, mas que para isso será realizado um estudo que será trazido pra decisão deste Pleno.

Nada mais havendo a tratar, às 17 horas e 55 minutos, foi encerrada a Reunião e redigida a presente Ata, assinada pelo Presidente do CONSUNI, Professor Marco Antonio Fontoura Hansen, e por mim, Sara Mascarenhas Tarasuk, Secretária Executiva do Conselho Universitário. As declarações desta Reunião estão gravadas.

Marco Antonio Fontoura Hansen
Presidente do CONSUNI

Sara Mascarenhas Tarasuk
Secretaria Executiva do CONSUNI